

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dona de casa versão escritório”: a experiência das trabalhadoras do setor administrativo nas primeiras décadas do século XX

Patrícia Cibebe da Silva Tenório¹

Resumo:

A adoção massiva no final do século XIX e início do século XX da máquina de escrever, um instrumento que servia à burocracia da vida cotidiana, foi um dispositivo de liberação para uma geração de mulheres que se profissionalizam como secretárias e datilógrafas. A associação entre operárias de fábricas e trabalho repetitivo facilitou a identificação das mulheres com o trabalho mecanizado e repetitivo no ambiente do escritório. A máquina, considerada frágil, seria o instrumento de trabalho adequado para a mulher que fazia do escritório a extensão do seu lar. Ali, poderia exercer sua capacidade de atenção, delicadeza e sua destreza no teclado, qualidades consideradas inerentes à natureza feminina. Para Michelle Perrot (2005), as máquinas eram apresentadas às mulheres como que se inscrevendo em uma sequência natural de movimentos. Uma categoria profissional que sofreu essa feminização foi justamente a de datilógrafa e secretária. De acordo com a historiadora Graciela Queirolo (2018), que se dedica ao estudo das trabalhadoras de escritório de Buenos Aires nas primeiras décadas do século XX, o predomínio feminino nessas ocupações se deu a partir de um conjunto de concepções sociais que afirmavam que as mulheres eram por sua constituição física e emocional propensas a executar esse tipo de serviço. A proposta da apresentação deste trabalho é discutir como a diferença sexual determinou a divisão do trabalho (e também de diferença salarial) entre homens e mulheres no ambiente do escritório e, usando amostras de periódicos cariocas dos anos de 1920 e 1930,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). É jornalista graduada pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e mestra em História pela Universidade de Brasília (Unb). Email: cibeletenorio@gmail.com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

discutir os estereótipos atribuídos às trabalhadoras de escritório que questionavam sua respeitabilidade.

Introdução

À medida que a economia nacional se desenvolvia na virada do século XX, crescia também no Brasil o setor terciário das atividades econômicas. Qualquer estabelecimento industrial, comercial, bancário ou financeiro precisava de mão de obra qualificada para realizar serviços administrativos. Como capital federal, a cidade do Rio de Janeiro era o motor das operações produtivas e centro de muitas atividades do setor terciário. Isso sem mencionar todo o aparato governamental e o comércio de importação. Na capital da República, o serviço público demandava trabalhadores que lidassem com as tarefas burocráticas e fizessem a máquina pública andar. O setor administrativo passava a incorporar nesse período toda uma nova tecnologia que podia racionalizar tarefas e alavancar a produtividade do trabalho. A protagonista dessa revolução era a máquina de escrever que, popularizada, passava a ser um elemento onipresente nos escritórios. Para manejá-la era preciso passar por um treinamento específico e a escola comercial eram o lugar que oferecia esta instrução.

Mulheres e homens da classe trabalhadora viam na educação pública comercial a possibilidade de se prepararem para vagas de emprego que prometiam mobilidade ocupacional. Para os empregadores, as escolas comerciais eram interessantes, porque se tratava de locais onde futuros trabalhadores recebiam qualificação à custa do Estado (STROM: 1992,7). Mulheres com educação formal podiam encontrar nos escritórios outra possibilidade de emprego que não fosse lecionar.

Para uma pequena burguesia proletarizada, as ocupações administrativas eram “uma saída honrosa à humilhante entrada no trabalho assalariado feminino” (PERROT, 2005, p. 245). Almerinda traçou uma rota e escolheu direcionar sua trajetória profissional para essa área (STROM, 1992, p. 7, tradução nossa):

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os empregos no escritório eram os melhores empregos disponíveis para mulheres entre 1900 e 1930. As mulheres entenderam isso e fizeram escolhas racionais para o futuro investindo na educação comercial formal e assumindo empregos nos escritórios. Embora a decisão de entrar no trabalho administrativo fosse geralmente tomada no contexto da família, a realização de trabalhos de escritório geralmente servia para separar mulheres das identidades de suas famílias e para torná-las mais independentes.²

Nos escritórios, devidamente equipados com máquinas de escrever, arquivos e telefones, homens e mulheres se dividiam nas tarefas de gerentes, vendedores, caixas, guarda-livros, secretárias, datilógrafas e taquígrafas. Embora todo esse quadro de funcionários tivessem um perfil parecido – tanto homens quanto mulheres possuíam qualificações educacionais sólidas e domínio das técnicas comerciais – os empregadores, baseados em concepções sociais, criaram uma divisão sexual do trabalho nos escritórios, que relegou às mulheres o posto que era considerado mais tedioso, repetitivo, e que, em teoria, não demandaria esforço mental. Não por acaso, esse era o tipo de serviço pelo qual se pagava menos. Quase que exclusivamente as funções de datilografia, secretariado e taquigrafia eram ocupadas por mulheres. Eram “trabalho de mulher”.

Das teclas do piano às teclas da máquina de escrever

A associação entre operárias de fábricas e trabalho repetitivo facilitou a identificação das mulheres com o trabalho mecanizado e repetitivo no ambiente do escritório (STROM, 1992). Em *As mulheres ou os silêncios da história*, Michelle Perrot escreve sobre a conveniência da construção da imagem mulher-máquina, numa harmonia preestabelecida: “A iconografia, a publicidade,

² “Office Jobs were the best jobs to most women between 1900 and 1930. Women understood this and made rational choices for the future by investing in commercial education and taking office jobs. Even though the decision to enter clerical work was usually made in the context of the family, performing clerical work often served to separate women from their families identities and to make then more independent”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobretudo divulgam estas novas imagens da mulher e do casal amoroso que ela forma com sua Singer ou com a *Remington*” (PERROT, 2005, p. 224).

A máquina, considerada frágil, seria o instrumento de trabalho adequado para a mulher que faria do escritório a extensão do seu lar. Ali, poderia exercer sua capacidade de atenção, delicadeza e sua destreza no teclado, qualidades consideradas inerentes à natureza feminina. Nesse pensamento, enfatizava-se a habilidade mecanográfica, em detrimento da inteligência e da qualificação. Para Michelle Perrot (2005), as máquinas eram apresentadas às mulheres como que se inscrevendo em uma sequência natural de movimentos. As mãos das boas moças acostumadas ao piano rapidamente se adaptariam às novas teclas.

Nessa mesma elaboração, passa-se a utilizar a identificação de determinadas atividades laborais como femininas. Seriam os ofícios adequados às mulheres aqueles em que elas pudessem exercer suas “virtudes” femininas, como o capricho e a docilidade. Essa era uma tentativa de desqualificação do trabalho, o que justificaria os baixos salários pagos às mulheres.

Uma categoria profissional que sofreu essa feminização foi justamente a de datilógrafa e secretária. O predomínio feminino nessas ocupações se deu a partir de um conjunto de concepções sociais que afirmavam que as mulheres eram por sua constituição física e emocional propensas a executar esse tipo de serviço. As tarefas burocráticas exercidas pelas mulheres no âmbito dos escritórios eram associadas aos atributos considerados próprios da natureza feminina. Sob esse prisma, a secretária deveria ser a dona de casa na versão escritório, responsável por cuidar do seu “marido do escritório”. Deveria executar tarefas domésticas de limpeza e organização, além de permanecer em posições subservientes (STROM, 1992).

No ambiente de trabalho do escritório, a discricção, qualidade que se esperava de uma boa secretária e/ou datilógrafa, também deveria ser a marca do seu estilo de vestir. A empregada deveria portar-se de modo elegante e vestir-se de maneira austera. Os cabelos deviam ser curtos, mas, caso a datilógrafa desejasse mantê-los longos, o recomendado era que os usasse presos em um coque. Numa crônica dedicada às mulheres que trabalham intitulada *A Beleza*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

na repartição, a autora repassa uma das queixas dos chefes de repartição: “(..) nada é mais desagradável do que contemplar durante as horas de trabalho dactylografas que usem o cabelo comprido, solto e despenteado”³. A maquiagem deveria ser usada, mas esta tinha que ser a mais simples possível, apenas um *rouge* nos lábios e um pouco de pó no rosto⁴. Esse padrão era impulsionado pelos diversos anúncios da indústria cosmética direcionados às trabalhadoras. Como aponta Graciela Queirolo, além do objetivo de popularizar os produtos, os anúncios revelam que os saberes técnicos não eram suficientes para garantir a permanência nos empregos administrativos, pois a aparência externa tinha um caráter imprescindível para o sucesso profissional (QUEIROLO, 2015, p. 133). Um artigo da *Revista Fon Fon* aconselhava as empregadas sobre como deveriam proceder ao longo da jornada de trabalho para manter a aparência impecável:

É um dever, uma obrigação iniludível de toda jovem que trabalha, como datilógrafa ou em outra função qualquer, apresentar-se o melhor possível no meio em que exerce sua atividade. Limpeza, bom gosto e elegância são a ordem do dia. (...) O cabelo desganhado ou as mãos sujas, exasperam-no. É inevitável que, no transcurso do dia, por efeito mesmo do próprio trabalho, sujem-se as mãos. Não recomendamos que a jovem esteja sempre a olhar-se, arranjando-se continuamente. Temos, porém, de concordar em que ela precisa de alguns “retoques” ou “reparação”, de vez em quando, sobretudo se sai para o almoço, para o *lunch*, etc. É claro que ela terá também bastante compreensão para não realizar esses ligeiros “arranjos” à vista dos seus superiores⁵.

Ao cuidado com a aparência deveriam se somar atitudes e comportamentos concebidos como próprios da condição feminina como ordem,

³ SOLAR, Eugénia. A Beleza na repartição. *O Cruzeiro: Revista Semanal Ilustrada*. Rio de Janeiro: 29/02/1936.

⁴ *Ibid*, 1936.

⁵ A arte de ser bela. *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusante*. Rio de Janeiro: 07 de agosto de 1943, p. 20.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

delicadeza, disponibilidade, discrição e método (QUEIROLO, 2015, p. 133). Esses atributos unidos construiriam o modelo perfeito de secretária. Michelle Perrot (2005) destaca que há todo um código disciplinador aplicado ao corpo da mulher trabalhadora no escritório que exige que ela tenha uma postura apropriada pautada pela docilidade, discrição e subordinação. O espaço do corpo era delimitado: a mulher deveria estar sentada e seus olhos deveriam estar abaixados, concentrados unicamente na sua companheira, a máquina de escrever. Para Perrot: “Os gestos do trabalho feminino misturam exigências técnicas e códigos de disciplina” (PERROT, 2005, p. 239).

Embora os salários das trabalhadoras de escritório fossem mais elevados do que o das operárias, por exemplo, elas ganhavam menos do que os colegas homens. Justificavam-se os baixos salários pela alegação de que os valores seriam suficientes para a mulher auxiliar a casa, elevando os rendimentos familiares e, assim, contribuindo para o sustento familiar. Os ordenados eram pequenos, oscilavam entre 200\$ e 500\$ (réis)⁶. As profissionais que tivessem domínio de três a quatro línguas poderiam ganhar mais⁷.

A qualificação básica para ser datilógrafa era, além da capacidade de escrever à máquina usando os dez dedos, ter domínio completo da gramática. Além de transformarem documentos manuscritos em datilografados, as datilógrafas também redigiam textos que podiam ser ditados por alguém. Para se sair bem, não bastava escrever rápido e perfeitamente à máquina (embora a agilidade contasse pontos a favor), era necessário possuir alguma instrução, a mais variada possível. Se, além do domínio pleno da língua portuguesa, a datilógrafa conhecesse ainda o básico de outro idioma, isso a diferenciava das demais. A experiência na área também era um diferencial importante, porque se entendia que a datilógrafa aprimorava sua técnica com o tempo, ia criando seu próprio jeito de fazer dançar os dedos sobre a máquina:

⁶ “O que é preciso para ser datilógrafa”. *Vida Doméstica*, nº 290. Rio de Janeiro: maio de 1942, p. 30.

⁷ QUAL o trabalho commercial em que a actividade da mulher é mais aproveitável? *Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher*. Rio de Janeiro: Janeiro de 1931

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quando a datilógrafa (ou datilógrafo) escreve realmente bem, tendo muitos anos de prática do ofício, vai ficando exatamente como uma boa pianista, que além de tudo que estudou durante a sua longa aprendizagem, criou uma porção de geitos e peculiaridades próprias, espécie de segredos ou de habilidades que ninguém mais conhece”.⁸

Já as taquígrafas deveriam ter, além dos atributos já mencionados e treinamento específico para a função, ouvidos afiados e concentração apurada. A taquigrafia era uma técnica que permitia a escritura textual da palavra oral feita de forma simultânea e veloz (QUEIROLO, 2018). A partir de sinais que representavam fonemas, as taquígrafas conseguiam fazer transcrições em tempo real com bastante agilidade.

Em comparação a outros trabalhos ocupados por mulheres da classe baixa e da classe média ascendente, o ofício de datilógrafa possuía determinado prestígio social. Como já mencionamos, os salários eram um pouco melhores do que se pagava a outras mulheres em trabalhos subalternos e sabia-se que só conseguiam empregos nessa área as que tivessem certo grau de cultura e escolaridade.

O estado civil das trabalhadoras também era um fator determinante, porque o trabalho assalariado deveria ter caráter temporário. O que definia o momento de abandonar o emprego era justamente quando a empregada mudasse seu *status* de solteira para casada. O emprego remunerado das mulheres competia com as responsabilidades e funções da vida doméstica e maternal. Colocava-se diante das trabalhadoras um dilema: seguir com o mínimo de autonomia social e econômica que seus empregos lhe dispensavam ou ceder a forte pressão social para se tornarem esposas. Não é difícil pensar sobre qual a decisão prevalecia quando lembramos que as mulheres solteiras não tinham uma situação social estabelecida e, se tornar a esposa de alguém, era o meio principal pelo qual boa parte das mulheres obtinham uma identidade social (PATEMAN, 1993, p. 198). Como esperavam que as mulheres deixassem o

⁸ “O que é preciso para ser datilógrafa”. *Vida Doméstica*, nº 290. Rio de Janeiro: maio de 1942, p. 30.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalho após o casamento, os empregadores achavam desnecessário treiná-las para ocupar postos mais altos, com maiores responsabilidades.

Trabalhadoras, esteriotipização e moralidade

A presença cada vez maior das mulheres no cenário urbano não se traduziu em um abrandamento das regras morais; pelo contrário, quanto mais elas se distanciavam da esfera doméstica, mais ainda a sociedade burguesa lhes impunha um sentimento de culpa pelo abandono do lar (RAGO, 2014). Estar fora do lar e longe dos cuidados dos maridos significava que as mulheres seriam suscetíveis à imoralidade.

Segundo esse prisma, ao estarem em contato permanente com outros homens que não eram seus maridos, as mulheres tinham grandes chances de caírem em desgraça, envolvendo-se sexualmente com colegas de trabalho. Seriam suscetíveis e cederiam fácil a qualquer galanteio dito ao pé do ouvido por um companheiro de trabalho. A situação das trabalhadoras do comércio era considerada ainda pior, porque não estavam no convívio limitado dos colegas de escritório, mas em contato direto com o público. Há também a construção de uma outra imagem depreciativa: a mulher que trabalha seria “solta”, estaria, portanto, à disposição. Como mulher que inevitavelmente carrega a herança de Eva que corrompe os homens e os induz ao pecado, a trabalhadora estaria no escritório para seduzir. Seus olhares encantadores, sua fala sensual, todo o seu corpo de trabalhadora seria um convite à tentação. A categoria das datilógrafas e secretárias sofreu como poucas tais estigmas.

Esta esteriotipização pode ser conferida nos inúmeros artigos publicados nos jornais cariocas nos anos de 1920 e 1930 em que as datilógrafas e secretárias são apresentadas como mulheres perigosas. Há registros de contos em esposas amedrontadas pelo fantasma do adultério enxergam nas datilógrafas, que trabalham com ou para seus maridos, suas principais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ameaças⁹. Uma nota publicada no suplemento do *A Noite* em 15 de outubro de 1930 dizia que mesmo os homens que estavam resolutos a não se casarem, não resistiam aos “atrativos” das datilógrafas:

O número de banqueiros, chefes de casas commerciaes, proprietários de industrias, que têm contraído matrimônio com suas secretarias e dactylographas é grande. A tal ponto que muitas dessas creaturas fazem disso um systema. A aproximação diária é a isca com que essas pequeninas pescadoras prendem os grandes tubarões.¹⁰

Há também um outro desdobramento desse estereótipo, este mais explicitamente em uma dimensão sexual. São incontáveis os contos em que autores homens têm fantasias com datilógrafas. Os personagens, em sua maioria chefes e trabalhadores, que na rotina laboral observam cada passo das datilógrafas e alimentam fantasias sexuais com elas. Stuart Hall (2016) argumenta que o fetichismo é o reino onde a fantasia intervém na representação. É o estereótipo que lida com a projeção, com o desejo (HALL, 2016, p. 200):

O ponto importante é que os estereótipos referem-se tanto ao que é imaginado, fantasiado, quanto ao que é percebido como ‘real’, e as reproduções visuais das práticas de representação são apenas metade da história. A outra metade – o significado mais profundo – *encontra-se no que não está sendo dito, mas está sendo fantasiado, o que está implícito, mas não pode ser mostrado.*

Exemplifico este tópico com trecho de um conto publicado na revista *Fon Fon*. Embora o artigo não tenha explicitamente um teor sexual, as insinuações ficam por conta do erotismo como cada parte do corpo da datilógrafa é descrito. O terreno do fetichismo também envolve, segundo Hall (2016), a rejeição. O

⁹ QUANDO a mulher se engana. *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro: Março de 1942, p. 85.

¹⁰ *A Noite*: Suplemento - Secção de Rotogravura. Rio de Janeiro: 15/10/1930, p. 4

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desejo e seu objeto são satisfeitos e, ao mesmo tempo, negados. No conto, o autor deseja a datilógrafa ao mesmo tempo em que a repele pela sua reputação deplorável (BIRABEAU, 1927, p. 69):

As dactylographas – espéro que nenhuma se zangará com a minha constatação – têm ao mesmo tempo uma reputação deplorável e encantadora. Quando digo ao leitor que Mlle. Gervoize é dactylographa, imagina certamente por sobre a machina de escrever, uma carinha brejeira, de cabellos alvotados, um pescoço nú, braços nus, um ouvido prompto a ouvir palavras tentadoras, olhos feitos para provoca-las, sobre a mesa um “baton de rouge” de lábios ao lado da borracha de apagar, sob a mesa, pernas completamente a mostra mettidas em meias de seda.

As classificações e representações que taxavam as trabalhadoras mulheres de desonestas certamente também contribuíram para que as datilógrafas tenham evitado a todo custo se envolverem no movimento sindical. Em 1933, a jornalista e datilógrafa Almerinda Farias Gama fundou na cidade do Rio de Janeiro com o apoio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), entidade feminista, o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal. Almerinda fala sobre a resistência que enfrentou ao abordar as colegas que desconheciam o papel de um sindicato de classe em depoimento (GAMA, 1984, p. 65):

As mulheres eram pouco sindicalizáveis; elas não tinham aberto os olhos para este direito e este dever. Tanto que todos os sindicatos eram por lei abertos a ambos os sexos, mas pode ver aí as fotografias, quase todos homens. Porque as mulheres, quando se dizia: “Vamos para o sindicato”. – “Ah, que que eu vou fazer lá? Vão me aumentar o salário? Vou ganhar mais por isso?” Não tinham educação política para isso, a mulher não tinha educação política. Os sindicatos eram muito abandonados.

A iniciativa de Almerinda de construir do zero um sindicato feminino, o das datilógrafas, foi acompanhada pela dificuldade de mobilizar a categoria (TENORIO: 2020, p.174) Para dar corpo ao sindicato, Almerinda contou com algumas colegas de trabalho. Não chegou a existir uma campanha de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sindicalização junto às datilógrafas e secretárias, porque, segundo Almerinda, as mulheres eram “comodistas” (GAMA: 1984, 67). Por falta de atividade, o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas teve a carta recolhida ainda nos anos de 1930. Segundo rememorou Almerinda (GAMA, 1984, p. 97): “Eu não podia aguentar fazer força, continuar a arregimentar uma porção de ovelhas desgarradas que não queriam ir para o redil”.

Considerações finais

O predomínio feminino nas ocupações de datilógrafas e secretaria se deu a partir de um conjunto de concepções sociais que afirmavam que as mulheres eram por sua constituição física e emocional propensas a executar os serviços considerados mais “delicados” e ligados de certa forma às funções de cuidado, como seria o caso das secretárias, as “esposas do escritório”. No ambiente do escritório, esperava-se que as trabalhadoras utilizassem atributos considerados próprios da sua natureza como a discrição e a subserviência.

Percebe-se que enquanto se dedicam aos seus empregos, buscando bom desempenho profissional, as trabalhadoras de escritório lidavam com baixos salários e com uma série de estigmas que colocavam em xeque sua respeitabilidade. Se as mulheres que não estavam restritas à esfera doméstica eram vistas com desconfiança, as trabalhadoras de escritório enfrentavam ainda mais estigmas que questionavam sua respeitabilidade.

Barbara Weinstein (2010), em seus estudos dedicados às mulheres operárias latino-americanas do começo do século XX, aponta que as preocupações com a feminilidade e a respeitabilidade tenderam a minar a identidade da classe operária já tão estigmatizada. Isso porque se dizer “sindicalista”, “grevista”, significava aceitar imagens depreciativas que apresentavam as mulheres como masculinizadas. A partir do depoimento da líder sindical Almerinda Gama é possível refletir se as trabalhadoras de escritório evitaram unir-se ao sindicato carioca da categoria por temer terem que lidar com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

novos estigmas além dos que já lidavam em seu cotidiano enquanto trabalhadoras.

BIBLIOGRAFIA

BIRABEAU, André. Uma scena de amor. Fon Fon. Rio de Janeiro: 05 de março de 1927, p. 69.

GAMA, Almerinda Farias. Almerinda Farias Gama: depoimento. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1984. Depoimento à Angela Maria de Castro Gomes e Eduardo Stotz.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru (São Paulo): EDUSC, 2005.

QUEIROLO, Graciela A. Dactilógrafas y secretarias perfectas: el proceso de feminización de los empleos administrativos (Buenos Aires, 1910-1950). Historia Crítica, Universidad de los Andes Colombia, Bogotá, 2015, Nº 57, pp. 117-137.

_____. Mujeres em las oficinas: trabajo, género y classe en el sector administrativo. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2018.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

STROM, Sharon Hartman, Beyond the Typewriter: Gender, Class, and the Origins of Modern American Office Work, 1900–1930. Illinois: University Illinois Press, 1992.

TENÓRIO, Patrícia Cibele da Silva. A vida na ponta dos dedos: a trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) – feminismo, sindicalismo e identidade política. Dissertação (Mestrado em História) – UnB, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, DF, 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

WEINSTEIN, Bárbara. “Elas nem parecem operárias” – feminilidade e classe na América Latina no século XX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010, p. 146-147.